

TÍTULO I

DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS

Art. 1º. O presente documento versa sobre diretrizes institucionais no âmbito do Instituto Federal Sul-rio-grandense para a ~~substituição~~ **realização** das atividades acadêmicas **não** presenciais nos cursos de educação básica e superior do IFSul, por atividades pedagógicas não presenciais fundamentadas nas normativas vigentes (ANEXO I) e nas pesquisas realizadas em cada unidade do IFSul durante a situação de pandemia da Covid-19.

OBS: Quanto a pesquisas, há a falta das direcionadas a questão psicológica tanto de alunos como também para docentes e demais servidores.

Artigo a ser colocado: Deverá haver núcleos com estudantes e representantes estudantis, eleitos, tais como Grêmio Estudantil e Centros Acadêmicos(CAs), assim como núcleos de professores de diferentes cursos e coordenadorias junto com os representantes de turma, deverão participar das decisões.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 2º. No desenvolvimento de atividades pedagógicas não presenciais no IFSul, deverão ser considerados nos processos de ensino e de aprendizagem, os seguintes princípios norteadores:

- I. Preservação da saúde física e mental de todos os estudantes e servidores;
- II. Acessibilidade e a Inclusão, **inclusive digital e para todos os estudantes;**

- III. O acesso, a permanência e o êxito de estudantes;
- IV. A garantia da qualidade nos processos de ensino e de aprendizagem;
- V. Histórica e reconhecida qualidade dos cursos.

TÍTULO III

DA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

Art. 3º. Atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) são o conjunto de atividades realizadas com ou sem mediação tecnológica, a fim de garantir atendimento acadêmico durante o período de restrições, para realização de atividades escolares, quando não for possível a presença física de estudantes nas unidades de ensino do IFSul ou seja, até o fim da pandemia.

§ 1º. No contexto do IFSul, atividades pedagógicas não presenciais, sem mediação por tecnologias digitais poderão ocorrer, excepcionalmente, havendo recomendação da coordenação de curso, da equipe pedagógica e aprovação pela equipe diretiva de Câmpus ou do Centro de Referência em Educação Profissional e Tecnológica.

§ 2º. O IFSUL ~~moverá esforços~~ **garante que vai providenciar e viabilizar acesso a recursos de tecnologia e informação para *todos* os** estudantes em situação de vulnerabilidade social, visando atender às condições de continuidade do processo educativo no contexto de uso das APNPs.

TÍTULO IV

DA FINALIDADE DAS APNPs

Art. 4º. Todos os cursos da educação básica como Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs, EJA-FIC), técnicos de nível médio (EJA-EPT, integrados, concomitantes e subsequentes) e superiores (graduação e pós-graduação) **estarão autorizados, após comprovação da efetividade do que foi afirmado no artigo 3 inciso 2**, a usar metodologias de ensino remoto de tal forma que as atividades acadêmicas presenciais devem ser ~~substituídas~~, **devido a pandemia, realizadas** por atividades pedagógicas não presenciais (APNPs).

~~**Parágrafo único:** Atividades presenciais que não possam ser substituídas na sua totalidade, devem ser substituídas parcialmente, no presente momento por APNPs.~~

Parágrafo Único: Atividades práticas deverão ser realizadas e cumpridas após o período pandêmico.

Art. 5º. O uso das APNPs ~~deverão~~ **deverá** garantir, a todos os estudantes, o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas e dos diferentes cursos do IFSul no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes.

Art. 6º. O objetivo da instituição para implantação das APNPs se dá, dentre outros, pelos seguintes motivos:

I.——Garantir **Promover a continuidade, mas com um calendário acadêmico alternativo do semestre 2020/1 e**

~~consequentemente dos calendários acadêmicos de períodos posteriores.~~

II. Evitar maiores **qualquer tipo de** prejuízos ao processo educacional dos estudantes do IFSul, sem atividades educacionais regulares, tendo em vista a indefinição do tempo de isolamento social causado pela pandemia.

III. ~~Atenuar~~ **Contribuir para que não haja** evasão escolar bem como a diminuição dos danos biopsicossociais e pedagógicos de estudantes e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

TÍTULO V

DA NATUREZA E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS

Art. 7º. As atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) ocorrerão extraordinariamente e em caráter emergencial exclusivamente em virtude da pandemia da Covid-19 e os impactos da mesma nas atividades da instituição, em acordo com as normativas vigentes e sem se confundirem, portanto, com a Educação a Distância ou com atividades à distância previstas em cursos presenciais.

Parágrafo único: Em decorrência do caráter extraordinário supracitado, as mesmas não impactarão na necessidade de mudanças ou adequações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, Organização Didática e demais normativas que regem as atividades de ensino da instituição.

Art. 8º. Para, os que quiserem utilizar esse meio, a instituição irá oferecer suporte e acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle a formalização das APNPs a ferramenta oficial será a plataforma Moodle, acrônimo de "*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*", que consiste em um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual de aprendizagem (AVA) já adotado institucionalmente nos Cursos de Educação a Distância do IFSul.

~~§ 1º. A finalidade de adotar um AVA único em todas as unidades do IFSul, (câmpus do IFSul e Centro de Referência em Educação Profissional e Tecnológica- CREPT) é para que toda a comunidade tenha a sistematização das APNPs em um único local para facilitar o acesso aos estudantes e o monitoramento pela PROEN da implantação e execução das mesmas.~~

~~§ 2º. Os câmpus poderão adotar outro AVA padrão em substituição ao Moodle Institucional, desde que se responsabilizem pela gestão, capacitação, suporte e garantia de disponibilidade.~~

~~§ 3º. De acordo com o AVA adotado, esta deverá ser a única ferramenta para todas as modalidades de ensino do câmpus.~~

§ 1º. As APNPs não configuram Educação à Distância, logo o uso de AVAs é facultativo.

§ 2º Os colegiados dos cursos terão autonomia para adotarem, ou não, conforme seu planejamento coletivo, um AVA diferente do moodle.

§ 3º Se adotarem um AVA diferenciado(após concordância interna), em substituição ao Moodle, os colegiados serão os responsáveis pela gestão, ajuda na capacitação e suportes desse,

com apoio da PROEN e do CREPT.

§ 4º. A decisão de usar ou não um AVA, que substitua o moddle, será por conta dos cursos e representantes de turma, que irão analisar e ver as particularidades de cada estudante, de cada turma, pensando assim, no melhor AVA para esses e para os professores.

§ 5º. A instituição dará suporte para o estudante que não tem condições financeiras de pagar um plano de software, os quais são utilizados em suas aulas, ou que não tenha tecnologia necessária para obter o software.

Art. 9º A Pró-reitoria de Ensino do IFSul (PROEN) através do seu Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias (DETE) em articulação com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), **terá como responsabilidade as seguintes ações integradas : como as seguintes:**

I. Prover os AVAs para todas as unidades do IFSul, ~~em único~~ **com o endereçamento virtual do AVA a ser escolhido pelo colegiado e representantes de turma.**

II. Fomentar a criação da figura de um gestor responsável pelos AVAs de cada unidade do IFSul.

III. Disponibilizar tutoriais de uso dos AVAs aos Departamentos/Coordenações de Educação a Distância, Coordenações de Tecnologia da Informação ou responsáveis pelos AVAs de cada câmpus e do CREPT.

IV. Capacitar os gestores responsáveis pelos AVAs para a aplicação das atividades previstas nos tutoriais.

. Os tutoriais do uso do AVA, elaborados pela PROEN, auxiliarão gestores dos câmpus e do CREPT em variadas atividades de relevância, tais como:

I. Criar componentes curriculares, bem como cadastrar docentes e estudantes;

II. Criar turmas dos estudantes;

III. Cadastrar usuários em lote e outras demandas que são de responsabilidade dos gestores do Moodle;

IV. Dar suporte virtual aos gestores dos AVAs de cada Câmpus em relação às dúvidas;

V. Assessorar na indicação de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação para auxiliar nos processos educacionais.

11. Aos Câmpus do IFSul e ao CREPT, caberá as seguintes funções:

I. Indicar um ou mais responsáveis para a gestão do AVA;

II. Criar os componentes curriculares de cada curso;

III. Cadastrar estudantes e docentes;

IV. Dar suporte aos docentes para utilização do *Moodle*, *ou qualquer outro AVA que poderá ser escolhido*, e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação;

V. Dar suporte aos estudantes quanto ao acesso ao Moodle ou a qualquer outro AVA que poderá ser escolhido;

VI. Comunicar aos estudantes que as aulas serão ministradas via AVA;

VII. Disponibilizar apoio pedagógico para a elaboração de metodologias e materiais pedagógicos desenvolvidos especificamente para o uso no contexto particular da APNPs.

Art. 12. Os Câmpus e o CREPT deverão apresentar um protocolo de dados quantitativos e/ou qualitativos (ANEXO II), por

meio de pesquisas aplicadas com as informações necessárias para a tomada de decisões acerca das providências a serem tomadas junto à sua comunidade, de forma a garantir que todos tenham acesso para a aplicação das APNPs.

§ 1º. O protocolo de dados consistirá de uma coletânea de 17 (dezesete) itens podendo o câmpus ou o CREPT inserir outros itens, se julgar necessários para preservar a qualidade do ensino na aplicação das APNPs.

§ 2º. O protocolo de que trata esse artigo deverá ser aprovado **pelos núcleos** ~~pelas instâncias competentes ou responsáveis~~ dos Câmpus ou do CREPT e serem submetidos posteriormente para análise da PROEN.

§ 3º. Em caso de deferimento a PROEN emitirá parecer favorável e encaminhará para aprovação pelo Conselho Superior do IFSul (CONSUP).

§ 4º. Em caso de indeferimento a PROEN retornará o protocolo para **os núcleos** ~~câmpus ou e~~ CREPT para as devidas adequações, tantas vezes quantas forem necessárias para seguir os demais trâmites visando a aprovação pelo CONSUP.

~~TÍTULO VI~~

~~CUMPRIMENTO DOS PROTOCOLOS DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM LABORATÓRIOS COM RECURSOS TECNOLÓGICOS NOS CÂMPUS OU CREPT~~

~~Art. 13. Em caso de dificuldade de cumprimento dos protocolos que se referem aos recursos de tecnologia, os câmpus e ou CREPT deverão destinar um espaço para os estudantes~~

~~visando ao acesso a realização das APNPs.~~

~~§ 1º. Os estudantes sem acesso a recursos tecnológicos poderão acessar as dependências do Câmpus ou CREPT para uso em ambientes com recursos tecnológicos ou para retirada de materiais didáticos impressos ou mídias, conforme escala de plantão estipulada pelos Câmpus, conforme item 9 do anexo II do protocolo.~~

~~§ 2º. Para o acesso às dependências da instituição deverão ser respeitados o plano de contingência do IFSul, o Decreto Estadual do RS Nº 55.292 de 04 de junho de 2020, a Portaria Conjunta SES-SEDUC 01/2020 e a legislação superveniente.~~

OBS: Nenhum estudante irá se deslocar ao campus, colocando sua saúde em risco, juntamente a de seus familiares. Assim como, nem professores e funcionários deverão se deslocar ao campus, para o exercício de sua atividade.

TÍTULO VII

DO PLANEJAMENTO DO PROCESSO PEDAGÓGICO DE APNPs

Art. 14. O processo pedagógico para aplicação das APNPs, deve contemplar:

I. Análise dos perfis das turmas baseando-se em pesquisas e escutas realizadas com os estudantes;

II. Desenvolvimento de projetos integrados, de acordo com as possibilidades curriculares dos cursos;

III. Reorganização de planos de ensino considerando o atendimento de todos os estudantes;

~~IV. Definição de componentes curriculares que serão ofertados simultaneamente em cada curso, considerando critérios~~

~~de razoabilidade;~~—Terá um máximo de 4 ou 5 componentes curriculares e com carga horária também reduzida, estipulamos 2 horas, no máximo, de atividade diária, de segunda-feira a sexta-feira.

V. Organização da metodologia de práticas pedagógicas no que se refere a avaliação da aprendizagem, tais como realização de avaliações, recuperações paralelas, reavaliações e conselhos de classe;

VI. Ações na perspectiva de incluir os estudantes que não tem acesso a internet e/ou computadores;

VII. Proposição de estratégias no planejamento para a garantia do acesso ao currículo e a condições efetivas de permanência e êxito para todos os estudantes;

VIII. Construção de metodologia de atendimento discente individualizado, de acompanhamento familiar, biopsicossocial e pedagógico;

IX. Estruturação de metodologias para adequação das demais atividades acadêmicas, como Trabalho de Conclusão de Curso, estágios, projetos de ensino, pesquisa e extensão ao contexto das APNPs;

X. Definição de atividades síncronas e assíncronas de cada componente curricular e/ou projeto, tomando as devidas precauções com relação à complexidade relacionada ao uso de cada abordagem;

XI. Construção de Planos e roteiros de atividades;

XII. Planejamento da Ambientação docente e discente na plataforma definida;

Art. 15. As atividades que poderão ser desenvolvidas como

recursos nas APNPs são:

I. Realização de testes on-line ou por meio de material impresso para aqueles que não tem acesso ao material no AVA;

II. Utilização, quando possível, de horários de rádio ou TV aberta com programas educativos para adolescentes e jovens;

III. Realização de encontros online por meio de ferramentas de videoconferência, tais como rede federada (webconf) ou Google Meet;

IV. Distribuição de vídeos educativos, de curta duração, por meio de plataformas digitais, mas sem a necessidade de conexão simultânea, seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;

V. Realização de estudos dirigidos, pesquisas, projetos, entrevistas, experiências, simulações e outros;

VI. Utilização de mídias sociais de longo alcance (*WhatsApp, Telegram, Facebook, Instagram* etc.) para estimular e orientar os estudos, desde que observadas as idades mínimas para o uso de cada uma dessas redes sociais;

VII. Organização e adaptação das atividades preponderantemente práticas momentaneamente por laboratórios de simulação virtual e em conformidade com a realidade local ou postergá-los para o momento de retorno presencial;

OBS: Quanto ao parágrafo VII: A ideia é bacana, porém *não é para ser a alternativa como substituição da aula prática.*

Art. 16. Nos ~~caso~~ de cursos **técnicos**, de graduação de licenciatura, bacharelado e tecnologia, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura

tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais não presenciais especialmente serão anexados como plano de atividades, após avaliação e aprovação dos colegiados, **juntamente dos representantes de turma**, e será apensado nos seus PPCs de curso ~~e os mesmos após aprovados, nas instâncias internas, a PROEN enviará toda a documentação à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).~~

~~**Art. 17.** Adoção de regime de exercícios domiciliares para estudantes que testarem positivo ou que comprovadamente sejam do grupo de risco, conforme Organização Didática do IFSul.~~

TÍTULO VIII

DO ATENDIMENTO COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

Art. 18. Entende-se por estudantes com necessidade específica aqueles que apresentam:

- I. Deficiência: caracterizada por impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial;
- II. Transtorno do Espectro Autista;
- III. Transtornos da aprendizagem;
- IV. Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH);
- V. Altas habilidades/superdotação;
- VI. Impedimentos temporários ou intermitentes de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Art. 19. As APNPs devem levar em consideração as singularidades de cada estudante, principalmente aqueles que

apresentam necessidade específica e para isso devem seguir as orientações da Política de Inclusão e Acessibilidade do IFSul e a Instrução Normativa nº 03/2016.

Art. 20. O planejamento e a execução das APNPs são de responsabilidade de docentes, apoiados pela equipe do NAPNE, equipe multidisciplinar (orientação, supervisão pedagógica, psicologia e assistência social) e coordenação de curso.

Art. 21. Para estudantes com necessidades específicas, docentes deverão adequar o plano de atividades, realizando a prévia adaptação e a flexibilização do material didático, do processo avaliativo e da metodologia de ensino, para que atenda às suas necessidades específicas, conforme Anexo III.

Art. 22. Docentes, equipe pedagógica e integrantes do NAPNE deverão estreitar a comunicação, visando potencializar o processo de ensino e aprendizagem, bem como desenvolver, de forma colaborativa, os materiais que atendam às necessidades específicas de estudantes.

Parágrafo único: Além das adequações metodológicas previstas, o cronograma de datas para realização e entrega das atividades deverá ser adaptado, quando necessário, considerando as necessidades específicas dos estudantes.

Art. 23. Será assegurada a estudantes com necessidades específicas a adequação do tempo, do modo, da ferramenta de ensino e de avaliação para as APNPs, com a adoção de medidas de acessibilidade, **sempre**, e ~~que possível~~ considerando os princípios do Desenho Universal, suas limitações e a promoção

do seu aprendizado, além do diálogo com a equipe do NAPNE.

Art. 24. Com apoio da equipe pedagógica (preferencialmente, o setor de Orientação Educacional e/ou Atendimento Educacional Especializado) e NAPNE, no que diz respeito às APNPs, será oferecido acompanhamento e orientação aos familiares/responsáveis pelos estudantes com necessidades específicas, visto que atuarão como coadjuvantes nas orientações das atividades pedagógicas.

Art. 25. Nos casos em que não for possível o acesso desses estudantes às APNPs, após terem sido esgotados os meios propostos e consideradas suas condições de saúde física e mental, caberá a coordenação de curso, com docentes, equipe pedagógica e o NAPNE, criar estratégias para assegurá-las por ocasião do retorno às atividades presenciais.

TÍTULO IX

DOS DIREITOS AUTORAIS PELA ELABORAÇÃO DE APNPs

~~**Art. 26.** Os recursos educacionais usados ou produzidos devem respeitar o previsto na Lei nº 9.610/1998, sobre direitos autorais e recomenda-se o uso e compartilhamento público de conteúdos educacionais digitais produzidos pelo Repositório de Recursos Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.~~

~~**Art. 27.** Os conteúdos educacionais digitais compartilhados devem possuir os devidos termos de cessão de direitos autorais~~

~~e autorização de uso de imagem, voz e nome, a serem disponibilizados pelo Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias da Pró-reitoria de Ensino.~~

TÍTULO X

DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ACADÊMICO

Art. 28. A reorganização do calendário acadêmico é necessária para execução da reposição, pois visa garantir a realização de atividades acadêmicas para fins de atendimento dos objetivos de aprendizagem previstos nos currículos da educação básica e do ensino superior, atendendo ao disposto na legislação e normas correlatas sobre o cumprimento da carga horária, **que será com tempo diferenciado, visto o atual cenário pandêmico.**

Art. 29. Os câmpus do IFSul e o CREPT terão autonomia na elaboração do calendário acadêmico e dessa forma, devem retornar no mesmo período podendo utilizar retornos escalonados entre níveis, turmas e componentes curriculares.

§ 1º. Independentemente das abordagens adotadas para elaboração do calendário acadêmico e do término de atividades de turmas específicas, as atividades acadêmicas de um campus ou do CREPT deverão terminar em data única.

§ 2º. **O calendário acadêmico deve priorizar por cumprir uma menor carga horária devido as complicações e demandas que as APNPs causam aos docentes e discentes, no Projeto Pedagógico de Curso para o período letivo. Garantindo assim, o bem estar da comunidade acadêmica.**

§ 3º. Na ordem cronológica de organização das turmas que iniciarão as APNPs dar-se-á preferência, quando possível,

aos estudantes concluintes.

~~§ 4º. Os cursos poderão ampliar suas cargas horárias semanais típicas em até 25%, sendo que no cômputo dessa carga horária devem ser preservados os domingos e feriados, de acordo com a seguinte fórmula matemática: Carga horária semanal do período letivo do curso x 1,25.~~

TÍTULO XI

DO PLANO DE ATIVIDADES DAS APNPs

Art. 30. A organização das APNPs é de responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), Colegiados dos Cursos ou Comissões de Elaboração e/ou Implementação de PPC com suas composições completas de acordo com suas

normativas, em reunião conjunta, quando se tratar de curso superior de Graduação e cursos Técnicos, sendo esta organização instrumentalizada por meio de Planos de Atividades (PAT), conforme item 17 do Anexo II que farão a composição do protocolo do Câmpus ou CREPT.

Parágrafo único: Para os cursos sem colegiado formalmente constituídos subentende-se a totalidade de professores do curso e representação discente(tal como representante de turma) como responsáveis pelas atividades previstas no presente artigo.

Art. 31. Os PATs serão uma estratégia de formalização do processo formativo para o estudante no contexto do calendário reorganizado, com ampla divulgação no AVA e nos canais oficiais dos campus. Deverão ter as seguintes características:

§ 1º. Organização por curso contemplando as

especificidades das respectivas turmas, do câmpus ou CREPT, estabelecendo a metodologia de ensino e de aprendizagem utilizada, bem como informar os meios que utilizará para acompanhamento.

§ 2º. Estratégias de inclusão dos estudantes com necessidades especiais e com dificuldades de acessibilidade, bem como indicar as ações de acompanhamento e orientações aos estudantes com necessidades específicas já organizadas e disponibilizadas pelos NAPNEs de cada campus com apoio do Departamento de Educação Inclusiva da Pró-reitoria de Ensino do IFSul.

§ 3º. O plano de ensino do docente com a sua reorganização contendo a sistematização das APNPs no AVA, bem como as metodologias, avaliação, os horários destinados aos atendimentos, as formas de recuperação da aprendizagem e reavaliações (contínua e paralela) bem como a sistematização das APNPs respeitando as ementas, de forma a garantir o cumprimento do PPC e a qualidade do curso.

Art. 32. Os PATs, elaborados conforme os Arts. 30 e 31, deverão ser encaminhados à Pró-reitoria de Ensino do IFSul, com parecer favorável da equipe pedagógica, **núcleos de discentes e de representantes de turma** e direção dos campus e CREPT para serem apensados aos PPCs e arquivados, com as informações a serem repassadas à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) e à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

Parágrafo único: Os responsáveis legais pelos estudantes menores de idade deverão acusar ciência do PAT do curso.

Art. 33. Se de forma extraordinária persistirem impossibilidades do estudante maior de idade acompanhar as APNPs, deverão ser garantidos os direitos acadêmicos, permitindo o trancamento de matrícula, mesmo no primeiro período letivo, para todos os cursos, sem que este período seja contabilizado no prazo para integralização. **Será garantido os auxílios da assistência estudantil a esses estudantes.**

OBS: Se existe um artigo assim (33) é porque já prevê que nem todos terão condições para o acesso, seja por conta da tecnologia, problemas na família, psicológico, entre outros, logo nota-se a desigualdade e *falácias* nos escritos do artigo 2.

TÍTULO XII

MEDIDAS ESPECÍFICAS PARA OS ESTUDANTES CONCLUINTES

Art. 34 Os Câmpus do IFSul e o CREPT poderão adotar medidas específicas para os estudantes concluintes que estejam com a matriz curricular do curso no semestre/ano integralizada ou dependendo apenas da realização de estágio, TCC ou atividades complementares para a efetiva integralização do curso a fim de garantir com brevidade a conclusão dos mesmos, reduzindo o prejuízo causado pela suspensão do calendário acadêmico e para isso:

Parágrafo único: A Coordenação do curso deverá fazer um plano de atividades específico e encaminhar às instâncias competentes para apreciação e aprovação.

TÍTULO XIII

DA DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO E PROJETOS INTEGRADORES

Art. 35. Fica autorizada a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou do Projeto Integrador por meios de webconferências. A aprovação ocorrerá pela defesa perante a banca avaliadora e encaminhamento do texto final e quanto a comprovação das orientações, poderá ser realizada mediante declaração do docente orientador.

TÍTULO XIV

DO PERÍODO DE AMBIENTAÇÃO

Art. 36. Entende-se por período de ambientação, **o qual deverá ser obrigatório**, o tempo necessário para que os Câmpus e o CREPT realizem atividades de formação para seus servidores e estudantes para uso do AVA, **o qual será definido pelos núcleos de professores e representantes discentes de cada turma**, para desenvolvimento das APNPs, bem como a realização de atividades de acolhimento da comunidade escolar de resgate dos conteúdos trabalhados anteriormente a suspensão do calendário acadêmico.

TÍTULO XV

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 37. O IFsul estará em constante acompanhamento da situação da pandemia causada pela Covid-19 e havendo melhorias nas condições sanitárias e a possibilidade de retorno com atividades presenciais, mediante autorização legal, serão realizados estudos de outras formas de ensino, onde novas diretrizes deverão ser discutidas.

OBS: Mensagem do Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil do campus Pelotas é totalmente contrário a qualquer tipo de aula remota, ensino não presencial, ead.

Nossos cursos tem como base a prática e teoria JUNTAS. Se o plano for aprovado, a qualidade do profissional formado não será garantida.

Fizemos algumas alterações visando que, se aprovado, seja implementado da forma mais inclusiva possível, mesmo que a gestão do Grêmio saiba que a qualidade de ensino não será a mesma.

A educação pública, gratuita e de qualidade, perderá a verdade, desvalorizando assim o grande reconhecimento do trabalho realizado nos Institutos Federais e contribuindo para o sucateamento da qualidade do ensino público.

Sem mais delongas, pedimos que os gestores descartem e votem contra qualquer modo de atividades online.

Atenciosamente,

GEIFsulDespertar